

CRISE



Azeredo (entre Oto Maia e Roberto Abdalla) presidiu reunião em que a Comissão de Relações Exteriores discutiu o impacto da crise para os emigrantes e o ingresso da Venezuela no Mercosul

Brasileiros que vivem no exterior enviam menos dinheiro para famílias

Remessas originárias do Japão caíram 37% e dos Estados Unidos, 25%, afirma o embaixador Oto Maia na CRE. **4**

Comissão apresenta ideias para retomar crescimento econômico

Redução do *spread* bancário e implantação do cadastro positivo estão entre as sugestões da Comissão da Crise. **6**

Sarney aceita propostas e anuncia mudanças na gestão

Auditoria externa nos contratos, fixação de meta de redução de pessoal e reunião ordinária mensal do Plenário para votar medidas administrativas relevantes e estabelecer a pauta de votações do período seguinte são propostas feitas por um grupo de senadores e aceitas pelo presidente do Senado, José Sarney. **3**

Mutirão da CCJ vota 39 matérias

Uma das propostas visa assegurar transição tranquila em governos estaduais e municipais. **8**

Religação de água e energia poderá ser isenta de taxa

Benefício pode valer apenas para consumidor de baixa renda, segundo projeto aprovado. **7**

José Cruz



Deputados e senadores durante sessão do Congresso em que foram aprovados créditos especiais no total de R\$ 7 bilhões

Habitação popular ganha reforço de R\$ 5,25 bi

Congresso aprovou suplementação orçamentária que capitaliza o programa Minha Casa, Minha Vida para financiar construção e compra de moradias. **2**



Humberto Pontes (E), Mário Filho, Renato Casagrande, Demostenes Torres, Marcellus Polastri, Pedro Yung-Tay e Fernando Fragozo em audiência da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal

Audiência debate papel do Ministério Público em investigações

Em um novo Código de Processo Penal, qual função caberia aos procuradores nos inquéritos? Especialistas ouvidos pela comissão que estuda a reformulação do código deram respostas divergentes. Ideia de instituir juiz de garantias recebeu críticas de magistrado. **2**

LEI MARIA DA PENHA

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.



Além de recursos para habitação, créditos orçamentários especiais se destinam a obras em portos e aeroportos



Sessão do Congresso Nacional: aprovados créditos no valor total de R\$ 7 bilhões

Congresso aprova R\$ 5,25 bilhões para o Minha Casa

O CONGRESSO NACIONAL aprovou ontem sete projetos para abertura de créditos especiais no valor global de R\$ 7 bilhões, em favor da Presidência da República, dos ministérios das Cidades, da Defesa, das Relações Exteriores e da Ciência e Tecnologia, e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). Os projetos seguem para sanção presidencial.

Do total de créditos, R\$ 6 bilhões vão para o Ministério das Cidades, dos quais R\$ 5,25 bilhões serão direcionados para obras que diminuem o déficit habitacional, estimado em 6,2 milhões de moradias. O crédito suplementar permitirá o financiamento à população de baixa renda para construção e compra de moradias urbanas e rurais, participantes do programa Minha Casa, Minha Vida.

Outro projeto aprovado beneficia a Secretaria Especial dos Portos, da Presidência da República, com crédito especial de R\$ 492 milhões, para execução de obras de dragagem e adequação de navegabilidade em portos marítimos, que integram o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Também foi aprovada emenda destinando mais R\$ 9 milhões para obras no porto de Itajaí (SC), severamente danificado durante as enchentes do ano passado.

A líder do governo no Congresso, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), considerou estratégica a preparação dos portos brasileiros para atender navios de grande calado.

O Congresso também aprovou crédito especial de R\$ 25 milhões ao Ministério das Relações Exteriores para apoio financeiro à Palestina, reconstrução e desenvolvimento na Faixa de Gaza e prestação de assistência humanitária à sua população nas áreas de segurança, alimentação, saúde, habitação e infraestrutura.

Os parlamentares aprovaram ainda crédito especial de R\$ 43 milhões para a Infraero, para obras e renovação dos aeroportos de Fortaleza, Boa Vista, Salvador, Galeão (RJ), Guarulhos (SP) e Campinas (SP).

Ao Ministério da Defesa, outro crédito aprovado destina R\$ 305 milhões para reaparelhamento das Forças Armadas, em especial para fomentar o projeto de um avião cargueiro militar brasileiro, a ser desenvolvido pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer). Os recursos também se destinam aos batalhões avançados do Exército, que, nas fronteiras norte do Brasil, têm a função de garantir a paz e cuidar de populações isoladas.

Foram ainda acolhidos dois projetos que concedem créditos especiais ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O primeiro, da ordem de R\$ 42 milhões, será repassado à empresa Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec). O segundo, de R\$ 149 milhões, se destina ao desenvolvimento de novas tecnologias no Ceitec e no Centro Espacial de Alcântara (MA).

Simon elogia atuação de procurador-geral

Pedro Simon (PMDB-RS) enalteceu, em pronunciamento realizado ontem, a atuação do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. De acordo com o parlamentar, o procurador concluiu três vezes mais processos que a média de seus antecessores.

– Posso até cunhar uma frase aqui: ele trocou a gaveta pela caneta – afirmou Simon.

Simon disse ter ficado “com muita mágoa” da atuação do procurador Geraldo Brindeiro, que ocupou o cargo nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Sem pronunciar seu nome, disse que ele ficou conhecido como “engavetador-geral da República”.

O senador afirmou que, nos quatro anos em que ficou no cargo – assumiu em 30 de junho de 2005, sendo reconduzido dois anos depois –, Antonio Fernando de Souza “sempre agiu à luz dos fatos, sem paixão, sem preocupação de agradar ou desagradar”. Simon comentou que, mesmo depois de ter sido criticado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral “manteve a dignidade, a correção e a firmeza”. Antonio Fernando já anunciou sua decisão de não pleitear nova recondução ao cargo.

Simon observou que o procurador está sendo cotado para assumir uma cadeira no STF, o que considerou extremamente honroso. Disse concordar totalmente com as duas indicações feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a Procuradoria-Geral da República, tanto com relação ao atual titular quanto a seu antecessor, Cláudio Fontelles, a quem Simon chamou de “santo vivo”.

O senador criticou o projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados que obriga a abertura de inquérito contra o procurador cuja denúncia for recusada pela Justiça.

– Estranho muito que a Câmara tenha aprovado um projeto como esse – ressaltou Simon, lembrando que a matéria será agora votada no Senado.



Para Simon, procurador tem alta taxa de conclusão de processos

Audiência sobre novo CPP discute atuação do MP em investigações

A possibilidade de o Ministério Público (MP) fazer investigações foi um dos temas abordados na terceira audiência pública promovida pela comissão que estuda a proposta de novo Código de Processo Penal (CPP), realizada no Senado. Os participantes concordaram sobre a importância de atualizar o CPP.

Na opinião do representante do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Fernando Frago, tanto o atual CPP (Decreto-Lei 3.689/41) como o projeto de novo código (PLS 156/09) não definem qual a autoridade competente para a investigação criminal. Por isso, observou, o MP investiga. Mário Leite de Barros Filho, da Associação Nacional dos Delegados de Polícia (Adepol), sugeriu que investigação seja função da Polícia Judicial. Já o representante dos membros do

Ministério Público (Conamp), Marcellus Polastris, afirmou que o MP não pretende investigar nem presidir processos judiciais. A investigação feita pela instituição, ressaltou, é realizada apenas de forma supletiva.

A instituição da figura do juiz de garantias, que apenas participaria da fase de investigação, também foi discutida. Na opinião do representante da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Pedro Yung-Tay Neto, a obrigatoriedade de participação de dois juizes em todos os processos vai onerar o Poder Judiciário e não significará, necessariamente, maior imparcialidade nas decisões. Já na opinião de André Ávila, da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), o juiz que faz a investigação “está contaminado para julgar”.



Edicléia Socorro, Gilvam e Sarney (na poltrona à dir.), no gabinete da Presidência

Servidores penitenciários pedem aposentadoria especial

Representantes da Federação Brasileira dos Servidores do Sistema Penitenciário pediram ao presidente do Senado, José Sarney, que coloque na pauta do Plenário o projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) concedendo aposentadoria especial a servidores públicos que exerçam suas atividades exclusivamente sob condições que prejudicam a saúde e a integridade física.

A matéria (PLS 68/03-Complementar) já foi aprovada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS).

Acompanhados pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP), membros da federação de servidores penitenciários, a qual congrega 16 estados, foram recebidos por Sarney.

Segundo Fernando Anunciação, representante do Sindicato dos Servidores Penitenciários de Mato Grosso do Sul, o presidente do Senado concordou em agendar a votação do projeto o mais rapidamente possível.

– Além do desgaste que existe na nossa profissão, nesse enfrentamento com os presos, ainda vivemos sob constante ameaça – afirmou Anunciação.

Crivella anuncia projeto para Polícia Federal combater milícias

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) anunciou que pretende apresentar projeto que federaliza o crime de formação de milícias, o que permitirá a atuação da Polícia Federal no combate às organizações paramilitares. Ele afirmou que as milícias do Rio de Janeiro já controlam, em muitos morros da cidade, a distribuição de gás, de TV a cabo, e às vezes de água e eletricidade. Chegam também a cobrar pela segurança dos moradores.

– Milícia é a polícia bandida. É aquela que é paga pela sociedade, recebe treinamento e depois se volta contra a sociedade. São os ladrões do vale-transporte e da marmitta do trabalhador – disse.

Crivella frisou que decidiu propor a federalização desse



Crivella: “Milícia é polícia bandida; paga pela sociedade, se volta contra ela”

crime por ter concluído que é muito difícil à polícia estadual combater seu próprios integrantes.

– Eles sabem onde mora o policial que combate a milícia e ameaçam sua mulher e seus filhos – explicou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão às 9h é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos parlamentares. Entre os inscritos, estão os senadores Marco Maciel (DEM-PE), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Romeu Tuma (PTB-SP).

Conforme proposta de grupo suprapartidário, caberia ao Plenário definir a pauta de votações e examinar medidas administrativas da Casa

Sarney aceita sugestões de mudanças

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, manifestou ontem apoio a algumas das propostas de mudanças administrativas apresentadas na quarta-feira por Tasso Jereissati (PSDB-CE), representando um grupo suprapartidário de senadores. Sarney havia prometido analisar as sugestões e dar resposta na próxima semana, mas preferiu adiantar-se e declarou ser favorável a algumas delas. As demais, salientou, ainda estão em estudo.

São estas as propostas já aceitas pelo presidente do Senado: estabelecimento de uma meta de redução de pessoal; sessão ordinária mensal no Plenário para estabelecer a votação de pauta – reivindicação de Pedro Simon (PMDB-RS); sessão ordinária do Plenário para votação de medidas administrativas (tal qual a Câmara dos Deputados) e auditoria externa para os contratos firmados no Senado,

embora já esteja em andamento uma auditoria interna.

O presidente do Senado reafirmou que as demais propostas apresentadas serão analisadas na reunião da Mesa diretora agendada para a próxima terça-feira.

– Estamos examinando as demais propostas com a maior boa vontade. Na reunião da Mesa de terça-feira vamos examinar essa pauta apresentada (pelos senadores) e esses temas que acabei de ler. Vamos levar para que a Mesa possa ter oportunidade de decidir – afirmou.

Inquéritos

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), agradeceu a resposta de Sarney e acrescentou mais duas medidas que vê necessidade de serem adotadas com agilidade: a conclusão dos inquéritos em curso sobre irregularidades administrativas cometidas no Senado e punição



José Sarney, observado por Mozarildo, adianta ser favorável a algumas propostas

de eventuais culpados, sejam quem forem.

– As pessoas me perguntam: é o funcionário, é o diretor, fulano, beltrano, alguém com mandato? Se ficar provado alguém com mandato ou sem mandato, que seja punido no que a lei

permitir, para que a Casa passe exemplos – disse Virgílio.

José Sarney explicou que as providências estão sendo tomadas e, uma vez que os inquéritos estejam concluídos, “os culpados serão punidos severamente”.

Nery: PSOL pode acionar o Conselho de Ética

José Nery (PSOL-PA) voltou a defender uma ampla investigação das denúncias de irregularidades no Senado publicadas pela imprensa, entre elas a suposta edição de atos secretos e superfaturamento em licitações para contratar terceirizados.

O parlamentar disse que seu partido poderá recorrer ao Conselho de Ética do Senado e representar contra todos os responsáveis pelas irregularidades, caso não sejam tomadas as providências necessárias nos próximos dias.

Nery informou que a denúncia ao conselho poderá ser dirigida mesmo contra o presidente do Senado, José Sarney, caso o PSOL assim entenda necessário.

Na sua avaliação, não seria possível que “tais falcaturas” tivessem ocorrido na Casa durante tanto tempo sem a convivência ou participação dos membros da Mesa.

Nery considera “imprescindível” que uma comissão de sindicância composta por senadores quebre o sigilo bancário de servidores envolvidos com irregularidades. Em aparte, ele recebeu o apoio de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).



Nery defende a quebra de sigilo de servidores envolvidos em atos ilícitos

Veto a remuneração em comissões especiais

Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou a apresentação de projeto de resolução proibindo o pagamento aos servidores do Congresso Nacional pela participação em comissões ou grupos de trabalho.

O senador lembrou que, nos últimos anos, foram constituídas no Senado inúmeras comissões especiais, de inquérito, técnicas, além de subcomissões e grupos de trabalho e que muitos dos servidores que atuam nesses colegiados, além de receberem funções gratificadas e horas extras nos órgãos onde estão lotados, também passam a ganhar o equivalente a uma FC-6, atualmente no valor de R\$ 2.641,93.

– Trata-se de medida que vai ao encontro dos princípios constitucionais que norteiam a administração pública, especialmente o da moralidade e da eficiência – disse ele, em defesa do projeto.

O presidente do Senado, José Sarney, informou que a proposta estará na Mesa pelo prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas.



Suplicy diz que seu projeto atende aos princípios da moralidade e da eficiência

Jayme cobra correção dos “erros e mazelas”

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu a importância do Poder Legislativo para a democracia brasileira, afirmando que o Legislativo está entre os mais legítimos fundamentos institucionais da nação. Para o senador, a própria importância do Parlamento torna necessária a correção dos “erros e mazelas” cometidos no âmbito parlamentar.

– Os culpados devem pagar suas contas e os malfeitores punidos exemplarmente. Este não é lugar para corruptos se locupletarem e nem tampouco sodalício de patifes – disse ele, acrescentando que a maioria dos senadores e senadoras são “homens e mulheres sérios e honrados”.

Para Jayme Campos, grande parte da imprensa brasileira está ajudando em uma “campanha ardilosa e perversa, colocando todo mundo numa vala comum”, o que seria injusto com a maioria dos parlamentares e servidores do Senado. Ele assinou que o Legislativo está submetido ao “mais rigoroso dos controles externos”, ou seja, as eleições.



Jayme Campos vê campanha perversa da imprensa contra o Senado

Votação do diretor-geral pelo Plenário

A indicação do novo diretor-geral do Senado submetida ao Plenário e a realização de auditoria externa sobre contratos firmados pela Casa estão entre as oito mudanças sugeridas em documento assinado por um grupo de 20 senadores. São elas:

1. Exoneração do diretor-geral, Alexandre Gazinone, e de todos os diretores da Casa.
2. Indicação do novo diretor-geral referendada por votação em Plenário, na forma de projeto de resolução.
3. Apresentação de proposta de reforma administrativa pelo novo diretor-geral.
4. Estabelecimento de meta de redução de pessoal e suspensão de novas contratações.
5. Eliminação de vantagens acessórias inerentes ao mandato parlamentar.
6. Realização de reunião ordinária do Plenário para votação de medidas administrativas relevantes propostas pela Mesa.
7. Realização de reunião ordinária do Plenário para estabelecer a pauta de votações.
8. Auditoria externa para todos os contratos firmados pelo Senado.

Os senadores afirmam no documento terem apresentado as sugestões “diante do grave quadro de denúncias veiculadas pela mídia e do desgaste desta Casa perante a opinião pública”.

Assinam o documento Cristovam Buarque (PDT-DF), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Demostenes Torres (DEM-GO), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Renato Casagrande (PSB-ES), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Tião Viana (PT-AC), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Pedro Simon (PMDB-RS), Cícero Lucena (PSDB-PB), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Fátima Cleide (PT-RO), João Pedro (PT-AM), Flávio Arns (PT-PR), Marisa Serrano (PSDB-MS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Delcídio Amaral (PT-MS), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Osmar Dias (PDT-PR).

DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS TRANCAM PAUTA DO SENADO

Foram lidos ontem em Plenário o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 12/09, oriundo da Medida Provisória (MP) 460/09, e a MP 461/09. Pelo fato de as duas medidas provisórias terem sido publicadas há mais de 45 dias, elas passam a trancar a pauta de votações a partir da próxima semana.

O PLV concede benefícios fiscais para a construção de moradias populares, como as do Programa Minha Casa, Minha Vida. Já a MP 461/09 abre crédito extraordinário ao Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 300 milhões. Os recursos deverão ser aplicados em ações de defesa civil nos municípios em situação de calamidade pública provocada por enchentes e secas.

ESPERANTO COMO DISCIPLINA OPTATIVA NO ENSINO MÉDIO

A inclusão do Esperanto – idioma criado no final do século 19 pelo russo Ludwik Lejzer Zamenhof – como disciplina optativa no ensino médio em toda a rede pública brasileira será tema de videoconferência hoje, entre 9h30 e 12h30, no auditório do Interlegis. Entidades de divulgação do Esperanto vão discutir a proposta, transformada em projeto de lei (PLS 27/08) pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

O projeto tramita na Comissão de Educação, onde recebeu voto favorável do relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Devem participar da videoconferência o presidente da Liga Brasileira de Esperanto, José Passini, e o secretário da entidade, Carlos Maria, além do professor da UnB Paulo Nascente.



Mozarildo pede cautela quanto ao ingresso da Venezuela no Mercosul

Para Mozarildo, governo de Chávez não é democrático

O Senado deve examinar com mais cuidado as vantagens e desvantagens da entrada da Venezuela no Mercosul, disse Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Para o senador, o Brasil precisa estar seguro de que o ingresso daquele país, em razão da política do governo do presidente Hugo Chávez, não vai desestabilizar a união aduaneira nem atrapalhar outras relações comerciais do Brasil.

Lembrando que o acordo passou um ano na Câmara dos Deputados, mas está apenas há pouco mais de três meses no Senado, Mozarildo chamou atenção para o fato de a Venezuela, segundo ele, "não ser governada democraticamente".

O senador pregou uma relação comercial mais equilibrada entre Roraima e a Venezuela e defendeu a permissão para que seu estado compre gasolina do país vizinho, que é mais barata do que a da Petrobras. "A companhia poderia até importar o combustível", disse Mozarildo.

Pedido de adesão da Venezuela terá novo debate

O protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul será debatido em mais uma audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no dia 9 de julho. Conforme acordado ontem, será uma audiência ampla, dividida em três painéis e com a participação de até 12 convidados, que serão escolhidos nos próximos dias pelos senadores.

O acordo só ocorreu depois de mais de uma hora de debates na comissão. De um lado, os senadores que ainda requerem mais informações sobre o tema queriam aprovar dois requerimentos para a realização de audiências públicas, com a participação, entre outros, do governador do Amazonas, Eduardo Braga, e do ex-diretor da Rede Caracas de Televisão (RCTV) Marcel Granier. De outro, os senadores que afirmavam já contar com todas as informações disponíveis para votar o protocolo de adesão.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) adotou proposta de Eduardo Suplicy (PT-SP) de se realizar uma única audiência, mas sugeriu que ela pudesse durar um dia inteiro. Inácio Arruda (PCdoB-CE) propôs a divisão em painéis temáticos, que foi acatada e permitiu o acordo.

Dados do Banco Central mostram que a crise econômica, ao gerar desemprego, atinge fortemente trabalhadores brasileiros na Europa, nos Estados Unidos e no Japão

Brasileiros no exterior enviam menos dinheiro para famílias

A CRISE FINANCEIRA internacional tem causado impacto forte nos 3 milhões de brasileiros que vivem no exterior, especialmente em países desenvolvidos, onde a retração econômica é mais intensa. O assunto foi debatido ontem pelos senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Eles ouviram o relato do embaixador Oto Maia, que responde pela Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores.

Segundo o embaixador, a redução das remessas dos brasileiros que vivem no exterior para suas famílias pode ser verificada em informações do Banco Central desde a agudização da crise financeira mundial, em outubro de 2008. Um dos dados desse impacto, disse Oto Maia, é de que houve uma queda de 37% das remessas do Japão para o Brasil no primeiro trimestre deste ano. No caso dos Estados Unidos, os envios bancários foram reduzidos em 25% no mesmo período. Ele citou exemplo de famílias que recebiam cerca de mil dólares por mês e passaram a receber US\$ 400 de seus parentes emigrados.

Oto Maia afirmou que, apesar de não ter como medir com precisão essas ocorrências, é possível supor, por alguns dados, que está acontecendo desemprego entre brasileiros no



Oto Maia: Itamaraty monitora situação de brasileiros

estrangeiro. Esclareceu, porém, que os relatórios demonstram ser diferentes os impactos sobre as três grandes concentrações de emigrantes: Estados Unidos, Japão e países da Europa.

– É sintomático que a crise econômica mundial, ao gerar desemprego, está tendo um impacto claro sobre a diáspora brasileira. Mas, desde a deflagração dessa crise e desde que sentimos que podia estar havendo incidência sobre as comunidades brasileiras que habitam no exterior, passamos a monitorar a situação – informou.

Alternativas

No caso do Japão, frisou Oto Maia, os brasileiros que lá vivem e têm contratos de trabalho nas fábricas são descendentes de japoneses. Se a pessoa perder seu emprego, tem pouca alternativa que não o retorno ao Brasil.

Já nos Estados Unidos e na Europa os perfis de trabalhadores

brasileiros são diversificados. Especialmente nos Estados Unidos, explicou, onde há desde brasileiros professores universitários até trabalhadores domésticos irregulares. Assim, ainda que o emigrante brasileiro perca o emprego, tem possibilidade de mudar de região e de atividade, como acontece com aqueles que viviam na Flórida e foram trabalhar no estado da Geórgia e em Nova Orleans, que são hoje grandes canteiros de obras por conta do furacão Katrina.

– Há opções, portanto, para esses grupos. Ainda que percebamos que haja uma tendência residual ao retorno, o que pode ser detectado pela venda de maior número de passagens *one-way* [sem retorno] e pela procura por programas de retorno voluntário, como o oferecido pela Espanha – disse Oto Maia.

Diáspora

Segundo o diplomata, com 3 milhões de brasileiros morando fora do país, pode-se considerar que existe uma verdadeira "diáspora brasileira", mesmo que esse número não seja exato, já que muitas dessas pessoas vivem de forma irregular, vários apenas com visto de turista. A maioria deles – cerca de 1,2 milhão, conforme Oto Maia – vive nos Estados Unidos. No Japão, há 315 mil brasileiros.

Empresas nacionais podem ter estímulo para atuar no Kuaite

Atração de investimentos para o Brasil e estímulo à participação de empresas nacionais na exploração de petróleo no Kuaite estão entre as prioridades anunciadas pelo embaixador indicado para aquele país, ministro de segunda classe Roberto Abdalla. A mensagem presidencial com a indicação foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e vai à deliberação do Plenário.

Segundo Abdalla, o Kuaite transformou-se nos últimos anos em um grande investidor internacional, com a renda adquirida pela venda de petróleo. Estima-se que os investimentos kuaitianos alcancem US\$ 34 bilhões em todo o mundo. Poucos desses investimentos, porém, chegaram ao Brasil. Uma das metas do embaixador – cuja indicação teve como relator substituto o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) – é incluir projetos brasileiros entre os be-

neficiados com recursos da agência estatal kuaitiana de financiamento a projetos de desenvolvimento.

Abdalla informou que o governo do Kuaite analisa atualmente a possibilidade de abrir a empresas estrangeiras a exploração de novas jazidas de petróleo no país. Essa pode ser uma oportunidade a ser explorada por companhias brasileiras.

De acordo com números apresentados pelo embaixador, o Kuaite possui a quinta maior reserva mundial de petróleo – ou 8% das reservas conhecidas em todo o mundo. A exploração desses recursos levou o país a contar com uma renda *per capita* de aproximadamente US\$ 41 mil. O comércio bilateral tem crescido: passou de US\$ 86 milhões em 2002 a US\$ 650 milhões em 2008. Mas o Brasil



Indicação de Roberto Abdalla vai agora ao Plenário

tem acumulado déficits comerciais com aquele país, conforme ressaltou o relator.

No âmbito político, o embaixador classificou o Kuaite como "um dos países mais liberais do Golfo Pérsico". A partir de 2005, como observou, as mulheres adquiriram o direito de votar e de serem votadas. E quatro mulheres já foram eleitas para o Parlamento, que vem tendo crescentes conflitos com o Executivo, em busca de maior autonomia, segundo Abdalla, que deverá exercer cumulativamente o cargo de embaixador brasileiro junto ao Reino do Bareine.

SÃO JOÃO

Cavalcanti exalta festa de Campina Grande

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou ontem que a festa de São João de Campina Grande, na Paraíba, é a maior do mundo no gênero. Os festejos deste ano se iniciaram em 29 de maio e seguem até 28 de junho.

A festa, informou, ocupa uma área de mais de 80 mil metros quadrados, dividida em arraiais e centros populares temáticos batizados com nomes de grandes nordestinos, como Luiz Gonzaga e Jackson do Pandeiro.

JORNALISTA



João Pedro critica a derrubada de diploma

João Pedro (PT-AM) classificou de retrocesso a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que derrubou a exigência de diploma para o exercício do jornalismo. Para o senador, o diploma serve para garantir um padrão profissional, de confiança.

– Eu estou muito triste com essa decisão do Supremo.

Segundo João Pedro, a medida do STF significa "um golpe profundo" para a categoria dos jornalistas, que tem papel importante na vida nacional e responsabilidade com a boa informação e a ética.

RÁDIO

Novidade na Agência: Senado em 2 minutos

O programa *Senado em 2 Minutos*, produzido pela Rádio Senado, já está disponível na página da Agência Senado (www.senado.gov.br/agencia). Produzido pela jornalista Patrícia de Novaes Silva, o programa apresenta, em duas edições diárias, um resumo dos principais acontecimentos do dia na Casa.

Este e outros programas da Rádio podem ser encontrados no endereço www.senado.gov.br/radio.

HOMENAGEM

Goellner: aplauso ao pintor Nikko Kali

Gilberto Goellner (DEM-MT) apresentou voto de aplauso ao artista plástico brasileiro Nikko Kali, radicado na França, por ter sido agraciado com uma medalha de ouro pela Sociedade Acadêmica de Artes e Ciências daquele país.

Nikko Kali é um dos maiores expoentes da arte e integra a lista dos cem mestres da pintura mundial, disse Goellner, destacando a presença do artista em Plenário.

– É um artista que leva o nome do Brasil a todo o mundo e, pelo seu talento, mostra-se merecedor do voto de aplauso.

MINISTRO CONVIDA SARNEY PARA CONFERÊNCIA DE IGUALDADE RACIAL

O presidente José Sarney deverá participar da 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que será realizada em Brasília na próxima quinta-feira. O convite foi entregue pelo ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial.

– Quando presidente da República, Sarney criou a Fundação Cultural Palmares e também sancionou a lei que qualificou o racismo como crime inafiançável – disse o ministro, que pediu a Sarney pressa na votação do projeto que estabelece cotas raciais, sociais e econômicas nas universidades públicas e escolas técnicas.

SENADO LANÇA COLETÂNEA DE REDAÇÕES SOBRE A BANDEIRA NACIONAL

O Senado lançou este mês a coletânea resultante do primeiro concurso de redação da Casa, cujo tema foi A Bandeira Nacional. A publicação foi enviada às escolas participantes e a bibliotecas de escolas públicas de todo o país. Em cada unidade da Federação foram escolhidas, dentre as redações enviadas pelas escolas estaduais, as representantes de cada estado. Os textos selecionados foram submetidos à avaliação de um grupo de consultores da Casa e de representantes dos órgãos apoiadores.

Em comemoração aos 120 anos da Proclamação da República, o tema do concurso este ano será “Muito prazer, sou cidadão de uma república chamada Brasil”.

Arthur Virgílio apresenta plano de trabalho para CPI das ONGs

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou ontem diagnóstico e plano de trabalho que elaborou, como relator, para a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades com dinheiro público praticadas por organizações não governamentais (ONGs).

Arthur Virgílio disse que o levantamento abrange “o que foi feito, o que não foi feito, o que deveria ter sido feito e o que falta ser feito” para que a CPI saia do papel e vire uma investigação de verdade. Ele indicou entidades e nomes de pessoas suspeitas e apontou o fato de muitas prefeituras dirigidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) terem sido beneficiárias de convênios com recursos federais repassados para ONGs que “se comportaram de maneira absolutamente inadequada do ponto de vista republicano”.

O senador acrescentou que os documentos que elaborou trazem dados importantes, como do Tribunal de Contas da



Relator, Arthur Virgílio afirma que “CPI tem agora bússola a seguir”

União (TCU); analisam, um por um, os requerimentos apresentados e que não foram postos em votação; recomendam a quebra de sigilos para que se chegue à verdade, e recurso ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para que suspeitos tenham suas movimentações financeiras avaliadas; e apontam os ministérios que possam ter praticado as irregularidades.

– Essa CPI tem agora uma bússola a seguir – afirmou Virgílio.

Agripino concorda em ceder relatoria por CPI da Petrobras

O senador José Agripino (RN), líder do Democratas, comunicou ao Plenário que o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), concorda com a instalação da CPI da Petrobras, desde que as oposições devolvam ao governo a relatoria da CPI das ONGs. Ele comunicou que o assunto já foi tratado com o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e disse acreditar que ele não será empecilho a um acordo. Virgílio foi indicado para a relatoria das CPI das ONGs no último dia 9 no lugar de Inácio Arruda (PCdoB-CE), que ocupava o posto por indicação da base do governo.

Sobre a reforma administrativa do Senado, Agripino disse acreditar que o presidente José Sarney irá adotar medidas que recomponham a imagem da Casa. Informou ter conversado com o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), que criou uma comissão para investigar os chamados atos secretos, e este garantiu que estará em Brasília na terça-feira, após uma semana



Líder do DEM também defendeu apuração de denúncias contra Senado

de repouso depois de uma cirurgia. Nesta data, acrescentou, Heráclito deve levar o resultado da investigação à Mesa do Senado.

José Agripino sustentou que só existe uma forma de o Senado “dar a volta por cima: investigar fundo, cortar na carne e esclarecer os tais atos secretos, se eles existem e se foram realmente secretos”. Ele entende que, se os atos forem confirmados, o Senado não pode vacilar e deve punir rigorosamente os responsáveis.

Neuto de Conto: idosos mantêm 25% dos lares

Pesquisa citada pelo senador revela perfil distante dos estereótipos para a população com mais de 60 anos, 15 milhões de brasileiros, que tem grande peso econômico

O SENADOR NEUTO de Conto (PMDB-SC) citou ontem em discurso dados de pesquisa elaborada pelo instituto GfK Indicator sobre hábitos de consumo, costumes e características dos cidadãos com mais de 60 anos, que já chegam a 15 milhões de brasileiros.

– Os dados levantados mexem com a imagem tradicional dos velhinhos-problema; ao contrário, são eles os responsáveis pela manutenção de 25% dos lares nacionais – informou.

Entre os entrevistados, 68% se declaram responsáveis pelas decisões de compras das famílias, enquanto os que não têm nenhuma renda somam 15%. As entrevistas revelam ainda que os idosos são formadores de opinião e cuidam dos netos para que os filhos trabalhem, o que influencia toda a família.

Os 15 milhões de idosos, assinalou o senador, representam 14% da população adulta, e seu número deve dobrar até 2020, chegando a 30 milhões. A maioria é formada por mulheres cujas rendas somam R\$ 7,5 bilhões mensalmente.

Outro dado que aparece nas entrevistas, afirmou o senador, é que a visão negativa da velhice,



Neuto de Conto observa que, até 2020, população idosa deve dobrar

que permeia a sociedade em geral, também está entre aqueles que já chegaram nela e, portanto, há uma grande aversão à rotulação de terceira idade. Esses consumidores “revelaram um desejo de ser incluídos, e não separados dos demais cidadãos na hora de se verem retratados pela mídia”.

Os idosos consomem fortemente os produtos de comunicação: 87% dos entrevistados assistem à televisão diariamente e 59% ouvem rádio todos os dias. No levantamento semanal, o hábito é ainda maior, 92% assistem à televisão ao menos uma

Fotos de Gerardo Magalhães

vez por semana e 72% ouvem rádio nesse período. A leitura de jornais e revistas também está entre as atividades mais frequentes.

As maiores despesas dos idosos são com o supermercado, 24% de todos os gastos. Em seguida, vêm os desembolsos com planos de saúde, 9%, e com luz e telefone, ambos representando 6% do orçamento. Nas despesas pessoais, a compra de remédios tem o maior peso, 10% e em seguida vêm as viagens, 5%. Mais da metade desses idosos fazem ao menos uma viagem por ano.

Dos entrevistados, 45% têm plano de saúde. Quanto à questão da previdência, tanto pública como privada, hoje apenas 1,3% dos idosos vive com aposentadoria privada, e 86% do restante nunca pensaram nisso, “o que indica um enorme mercado potencial para os jovens de hoje”.

Foram ouvidos 1.800 homens e mulheres com mais de 60 anos, durante dois anos, nas regiões metropolitanas brasileiras. Os resultados da pesquisa foram publicados no livro *Vivendo e conhecendo meus direitos*, uma iniciativa do senador.

Tião Viana destaca resultados positivos da “lei seca”

Tião Viana (PT-AC) comemorou ontem a redução das mortes e internações decorrentes de acidentes automobilísticos provocados por motoristas alcoolizados. Citando dados de um relatório da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), o senador disse que a “lei seca” permitiu ao Sistema Único de Saúde (SUS) economizar R\$ 23 milhões em internações durante o ano passado. Ele assinalou que o número de internações caiu de 50.070 para 39.464 no período, equivalente a uma redução de 28,3%.

– Esse é um problema que tem forte impacto na vida das pes-

soas e traz um benefício direto à sociedade brasileira. Quisera toda lei pudesse ter esse tipo de consequência e alcançar esse tipo de resultado – afirmou.

Tião Viana disse ainda que em um ano de “lei seca” houve uma redução de 53% no número de mortes em acidentes de trânsito, em comparação a 2007. Ele acrescentou que o número de acidentados também caiu 40%. O senador observou que a “lei seca” é um marco positivo na história da saúde pública, da cidadania brasileira e das responsabilidades sociais.

– No dia 4 de junho deste ano, o Ministério da Saúde lançou



Tião Viana aponta redução de 53% no número de mortes no trânsito

um programa de incentivo à redução e controle das pessoas que sofrem com o alcoolismo. Um investimento da ordem de R\$ 117 milhões, num trabalho conjunto e descentralizado que envolve os ministérios da Saúde e da Justiça, e a Secretaria dos Direitos Humanos – informou.

Direitos dos TRABALHADORES DOMÉSTICOS

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.



Relatório preliminar de grupo de senadores que busca saídas para a retração econômica foi apresentado ontem. Documento enfatiza custo do crédito

Dornelles defende retirada do IOF nos empréstimos

Em Plenário, Francisco Dornelles (PP-RJ) anunciou que a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira, da qual é presidente, vai propor a suspensão da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que incide sobre as operações de crédito. A medida valerá por prazo determinado, visando reduzir o custo dos financiamentos no Brasil durante esse período.

O senador explicou que a proposta faz parte de uma série de medidas que deverão constar de um projeto de lei a ser apresentado em julho, com o objetivo de desonerar o investimento e a exportação. Segundo informou Dornelles, a exportação tem um forte componente de geração de empregos e vem enfrentando graves dificuldades com a valorização cambial e com a recessão que atinge alguns países importadores. Desonerando a exportação, de acordo com ele, o país estaria proporcionando o aumento do emprego e do nível de investimento do setor.

– É necessário tirar toda essa carga de impostos indiretos, esses impostos em cascata que ainda incidem sobre a exportação, e fazer o mesmo no que se refere ao investimento. Não há razão para tributar o investimento – disse Dornelles.

Entre as medidas que deverão constar do projeto de lei resultante dos debates da comissão, está a ampliação da receita para ingresso no Supersimples.

O senador lembrou que são as pequenas e microempresas as grandes empregadoras do Brasil e que o Supersimples foi uma medida tributária de grande importância para esse tipo de empresa. Contudo, a adesão ao programa está limitada às empresas que têm uma receita anual inferior a R\$ 2,4 milhões. A comissão irá propor a ampliação desse limite, estabelecendo que todas as empresas que tenham uma receita inferior a R\$ 3,2 milhões possam entrar no regime tributário diferenciado.

Comissão da Crise sugere redução do *spread* bancário

O COMPORTAMENTO DO crédito e do *spread* bancários em meio à crise financeira mundial foi o foco do relatório preliminar da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade apresentado ontem pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O documento se baseia nas atividades realizadas pela comissão entre os meses de março e maio e, além de trazer um diagnóstico sobre o impacto da crise sobre a economia brasileira, reúne recomendações para acelerar a retomada do crescimento econômico do país, ampliar o crédito ao setor privado e reduzir os juros – medidas que dependem da definição de patamares mais razoáveis para o *spread* bancário, um dos principais fatores a onerar os financiamentos.

O relator identificou que



Jereissati: medidas de desoneração foram boas, mas afetaram municípios

o *spread* responde por mais da metade do custo total dos empréstimos. As estatísticas divulgadas pelo Banco Central para o período 2001/2007, segundo descreve o relatório, revelam que a inadimplência e o resíduo bruto (margem obtida pelo banco antes da dedução de impostos diretos) constituem os principais componentes do

spread, respondendo, cada um, por cerca de 35% do total.

Tasso Jereissati apontou justamente como primeiro revés na economia interna a contenção drástica e o encarecimento do crédito ofertado ao setor produtivo. O parlamentar reconheceu os esforços do governo para reaquecer esse mercado e impulsionar a indústria, com a expansão da oferta de crédito para giro e fomento ao investimento pelos bancos públicos e a política de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O relatório ressalta, contudo, que a desoneração acarretou queda na receita de governos estaduais e municipais, com a redução do volume dos repasses dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Tal alerta foi elogiado pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB).

Senador entrega a Sarney relatório sobre juros altos

“Acho que o Senado, agora, deve aprovar com a maior rapidez o cadastro positivo.” A observação foi feita ontem pelo senador Francisco Dornelles, presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, logo após entregar relatório com conclusões do colegiado ao presidente José Sarney.

O documento, primeiro de uma série sobre temas que a comissão abordará, é voltado para o custo do dinheiro no Brasil, analisando causas como o *spread* bancário, a taxa Selic, o valor do compulsório, os custos administrativos e os impostos indiretos.

– O presidente Sarney recebeu o relatório e pediu que a comissão, criada por ele próprio, logo que

assumiu a Presidência do Senado, continue fazendo o trabalho de acompanhamento de crise. Ele também orientou que toda vez que a comissão tiver alguma proposta, apresente-a para que a Casa possa discuti-la – disse.

Dornelles elogiou as medidas adotadas pelo governo federal logo que a crise ingressou no Brasil. Ele considerou importante o clima de otimismo que o governo tentou criar, mobilizando o

empresariado e a sociedade. O parlamentar também aplaudiu a redução da taxa de juros e a desoneração de impostos em determinados setores com grande potencial de geração de empregos, como o habitacional.

O senador antecipou que, até o final do mês, a comissão deverá apresentar propostas visando desonerar as exportações e os investimentos e permitir que micro e pequenas empresas possam fazer remanejamento dos seus ativos para aumentar a produtividade. Também está sendo estudada a ampliação do teto de adesão à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Jonas Pereira



Dornelles (E) com Sarney: próximo passo da comissão será propor medidas para desonerar exportações e gerar empregos

Relator recomenda criação de cadastro positivo

As propostas do relatório preliminar da Comissão de Acompanhamento da Crise para redução do *spread* bancário têm como alicerce o enfrentamento da inadimplência. Assim, para minimizar a influência desse fator sobre a taxa de empréstimos, o relator, Tasso Jereissati, sugere a implantação do cadastro positivo e do fundo público de aval, além da permissão de maior concessão de empréstimos por bancos que avaliem corretamente o risco de crédito. Propõe também benefícios fiscais para bancos que tenham gestão adequada de sua carteira de crédito, vi-

sando desestimular esquemas de concessão irresponsável de empréstimos.

Jereissati ainda sugere o aprimoramento do marco regulatório do sistema financeiro, a uniformização de alíquotas de Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras e o uso da Caixa Econômica Federal para baixar os juros. Outras iniciativas de suporte recomendadas passam pela melhoria da transparência bancária e financeira, eficiência das ações governamentais, além do equilíbrio das contas públicas e das medidas tributárias de estímulo econômico.

Pedro Simon (PMDB-RS), que é integrante da comissão, elogiou o conteúdo do relatório e a celeridade com que foi apresentado, fundamental, segundo ele, para o trabalho da comissão não perder o senso de oportunidade.

A Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade deverá se debruçar a partir de agora sobre o impacto da crise no mercado de trabalho. Segundo o presidente, senador Francisco Dornelles, propostas legislativas voltadas para a política de geração de empregos deverão ser apresentadas até o início de agosto.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo

2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Leomar Quintanilha • Jayme Campos • José Nery • Serys Slhessarenko • Gilvam Borges

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Audiência sugere regulamentar cartão de crédito, líder de queixas em Procons

Durante audiência pública realizada na quarta-feira, debatedores foram unânimes sobre a necessidade urgente de o setor de cartões de crédito no Brasil ser regulamentado e fiscalizado pelo poder público. A discussão ocorreu em conjunto com as comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado e de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara.

A reunião foi presidida pela deputada federal Ana Arraes (PSB-PE). O senador Adelmir Santana (DEM-DF) também participou do evento e ressaltou que o preço de produtos no comércio brasileiro acaba sendo inflado devido às diversas taxas cobradas pelas operadoras de cartão de crédito, pois os comerciantes têm de repassá-las aos consumidores. Para ele, os empresários e comerciantes brasileiros não conseguem negociar preços mais justos para o uso das bandeiras de cartões de crédito em virtude, principalmente, da concentração no setor, porque apenas duas operadoras (Visa e Mastercard) detêm 84% do mercado.

Paulo Britto, do Ministério da Justiça, disse que o setor de cartões é um dos campeões de reclamações de consumidores junto aos Procons. Já Marcelo Ramos, do Ministério da Fazenda, informou que o Relatório sobre a Indústria de Cartões de Pagamento, elaborado pelo Banco Central (BC) juntamente com os ministérios da Justiça e da Fazenda, pode receber críticas e sugestões da sociedade até o fim de junho.

Representando o BC, José Antônio Marciano ressaltou como um dos principais problemas do setor a ausência do compartilhamento das máquinas de cobrança nos estabelecimentos comerciais. Maria Inês Dolci, coordenadora jurídica da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Pro Teste), reclamou dos altos juros cobrados pelas operadoras de cartão e chamou atenção para o fato de muitos usuários acabarem superendividados.

O representante do Ministério Público Federal, Aurélio Rios, informou que no Brasil já existem cerca de 500 milhões de cartões de crédito ativos.



Marcelo Ramos, Paulo Britto, Adelmir Santana, Ana Arraes, Aurélio Rios, José Marciano, Maria Inês Dolci

Especialistas apontam pressupostos para dedicação exclusiva de professor

O Ministério da Educação (MEC) não considera viável, no momento, a dedicação exclusiva dos professores da educação básica, com remuneração de pelo menos 70% da recebida pelos professores da educação superior com formação equivalente. Apesar de pontuar o mérito da dedicação exclusiva dos profissionais da educação, o ministério não possui financiamento para implantar a medida.

Foi o que disse, na Comissão de Educação (CE), a coordenadora-geral de Formação de Professores da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, Helena de Freitas, em audiência que discutiu, na quarta-feira, o projeto (PLS 4/09) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que trata do tema.

Helena de Freitas explicou que a implementação de políticas para dedicação exclusiva dos profissionais do magistério exige investimento em outras áreas, como condições de trabalho e espaços adequados nas escolas onde o profissional possa permanecer e se aperfeiçoar.

Cristovam argumentou que a dificuldade de financiamento à proposta

pode ser resolvida com um cronograma de prioridades do governo. Ele propõe que primeiro seja analisado o mérito do projeto para depois discutir a origem dos recursos.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), Roberto Franklin de Leão, defendeu a implementação de medidas de forma articulada para que seja possível adotar a dedicação exclusiva dos professores da educação básica.

O regime de dedicação exclusiva deve compreender ainda projeto pedagógico e participação da sociedade, observou o diretor-coordenador da Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), Antônio de Lisboa Vale.

Para a senadora Fátima Cleide (PT-RO), que solicitou a audiência, a sociedade brasileira deve perceber a importância da educação e exigir um conjunto de ações para sua melhoria.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Flávio Arns (PT-PR), presidente da CE, também participaram do debate.

Comissão de Infraestrutura aprova restabelecimento de serviços sem ônus para famílias de baixa renda. Proposta ainda passará pelo Plenário



Eliseu Resende (E) e Collor, presidente da CI, na reunião em que foi aprovado projeto da Câmara

Religação de luz e água pode ficar isenta de taxa

OS SERVIÇOS DE energia elétrica, abastecimento de água e saneamento para famílias de baixa renda, suspensos por falta de pagamento, poderão ser restabelecidos sem cobrança de taxas. A determinação está prevista em proposta aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Originalmente, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 13/04 estabelecia que o benefício fosse extensivo a todos os consumidores, independentemente de renda, mas substitutivo aprovado ainda naquela Casa limitou a medida aos consumidores de baixa renda.

O relator do projeto na CI, senador Paulo Duque (PMDB-RJ), havia apresentado um primeiro relatório pela rejeição da proposta, argumentando que, para cobrir as despesas da concessionária com a religação dos serviços, os custos não repassados aos consumidores inadimplentes acabariam sendo rateados entre todos os consumidores do serviço, "o que não parece ser muito justo com quem paga em dia", observou.

No entanto, antes da leitura de seu parecer pela rejeição do projeto, o senador alterou seu voto, seguindo a posição favorável ao substitutivo defendido em 2004 pela então relatora Serys Slhessarenko (PT-MT).

No parecer acatado por Paulo Duque, a cobrança de taxa de religação é entendida como dupla punição por uma

mesma falta, pois, ao não pagar sua conta, o consumidor já é punido com multa e ainda com a suspensão do serviço. Além disso, salienta o relator, a inadimplência na quitação dos débitos reflete a difícil situação econômica por que passa o país e que leva muitas famílias a atrasarem ou a interromperem o pagamento de suas contas

devido a problemas financeiros.

– Não se trata de má-fé que precise ser coibida com uma punição adicional. Como o intuito é proteger os socialmente mais desfavorecidos, faz todo o sentido limitar a proibição aos consumidores de baixa renda – justifica Paulo Duque.

A proposição será ainda apreciada em Plenário.

Não se trata de má-fé que precise ser coibida com mais uma punição, observa o relator Paulo Duque

Programa Luz para Todos está entre emendas de comissão à LDO

O Programa Luz para Todos, do governo federal, criado para levar energia elétrica a localidades não supridas por redes convencionais de energia, está entre as cinco emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovadas ontem pela CI. Para o senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator das 27 emendas apresentadas à LDO, o Luz para Todos é atualmente o programa mais importante do governo.

Também foram acolhidas duas emendas para a construção da Ferrovia Norte-Sul e para a realização de estudos de viabilidade e projetos de infraestrutura

de transportes.

As outras duas referem-se a projetos na BR-262. A primeira solicita a construção de ponte sobre o rio Paraná, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. A segunda prevê a construção de trecho na fronteira de Mato Grosso do Sul com a Bolívia.

As emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO). Delcídio lembrou que cada comissão tem direito a apresentar até cinco propostas ao projeto da LDO, lei que reúne metas e prioridades da administração pública federal para o próximo ano.

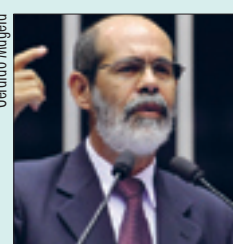
Serys anuncia visita de Lula a Mato Grosso



Serys Slhessarenko

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) saudou a visita que o presidente Lula fará hoje a Mato Grosso. Ele lançará em Alta Floresta o programa Arco Verde, Terra Legal, para promover o que Serys chamou de "reordenamento das terras na região da Amazônia Legal". Conforme Serys, o programa foi criado para realizar amplo mapeamento dos assentamentos de toda a Amazônia e usar tecnologia avançada para identificar e acabar com a prática da sobreposição de terras, com base na qual os grileiros vêm promovendo negociações.

Acre apreensivo com mudança no fuso horário



Mesquita Júnior

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que a população do Acre está apreensiva com o projeto de lei que prevê a unificação da hora em todo o território nacional com base no horário de Brasília. O senador defendeu um plebiscito para que a população possa se manifestar sobre a mudança, tendo em vista que a proposta (PLS 486/08), do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), altera hábitos seculares da região. Mesquita Júnior citou e-mails encaminhados ao seu gabinete por moradores do Acre contrários ao projeto.

Com mais de mil proposições aguardando análise, a Comissão de Justiça realizou ontem novo esforço coletivo para acelerar votações



Lobão Filho diz que iniciativa ampliará acesso ao ensino superior no estado

Autorizada criação de universidade no Leste Maranhense

Proposta que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Leste Maranhense (Ufeste), com sede em Caxias, interior do Maranhão, foi aprovada na Comissão de Justiça. A matéria ainda depende de análise da Comissão de Educação (CE). O relator do PLS 211/06 na CCJ, Lobão Filho (PMDB-MA), avalia que o projeto apresentado pela então senadora Roseana Sarney irá aumentar as possibilidades de acesso de maranhenses ao ensino superior, em especial nas microrregiões de Caxias, Codó e Coelho Neto.

Também foi acolhido projeto que propõe homenagem permanente, nos aeroportos brasileiros, a Alberto Santos Dumont como o "Pai da Aviação". A matéria é terminativa na CE. A proposta original (PLS 402/05), de Marcelo Crivella (PRB-RJ), estendia a homenagem às bases aéreas e similares. Por entender que a Força Aérea já pratica essa homenagem, o relator, Expedito Júnior (PR-RO), optou pelo substitutivo, que limita a iniciativa aos aeroportos.

CCJ aprova mais um projeto sobre exame de DNA

Proposta acolhida pela CCJ vem reforçar campanha pelo reconhecimento do direito de crianças e adolescentes à plena identificação de sua filiação. Pelo projeto de lei (PLC 53/07) aprovado ontem, em linha com matéria que passou pela mesma comissão no mês passado (PLC 31/07), fica estabelecida a presunção de paternidade do suposto pai que se recusar a se submeter a exame genético (teste de DNA) em processo investigatório aberto com essa finalidade.

Os dois projetos irão a Plenário. Pelo texto do PLC 53/07, a presunção de paternidade deve ser apreciada em conjunto com o contexto mais amplo de provas – por exemplo, elementos que demonstrem a existência de relacionamento entre a mãe e o suposto pai.

Para o relator, Marco Maciel (DEM-PE), o direito de cada pessoa à filiação paternal sobrepõe-se ao argumento de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si, frequentemente utilizado na tentativa de legitimar a recusa a se submeter ao exame de DNA.

CCJ aprecia 39 propostas em mutirão para limpar a pauta

COM O OBJETIVO de limpar a pauta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que possui mais de mil propostas para ser analisadas, votou ontem 39 matérias.

Entre elas, destaca-se a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que determina que os candidatos eleitos para prefeito e para governador dos estados e do Distrito Federal criem uma equipe de transição, a exemplo do que já ocorre para o cargo de presidente da República. A proposição (PEC 60/04) foi aprovada na CCJ e vai agora a exame do Plenário. De acordo com a PEC, o coordenador e demais integrantes da equipe de transição serão indicados pelo candidato eleito e terão acesso às informações relativas às contas públicas, aos programas e aos projetos do governo.

Os titulares dos órgãos e das entidades públicas também ficarão obrigados a fornecer as informações solicitadas e a prestar à equipe o apoio técnico e administrativo necessário a seus trabalhos. Na justificativa da proposta, Zambiasi afirma que é preciso "deixar claro que permitir uma transição tranqui-



Zambiasi é autor de PEC sobre governo de transição

la é obrigação dos governos, independentemente dos partidos políticos nele representados."

Zona Franca

A maioria das matérias foi rejeitada e outras rumaram para o arquivo ou foram declaradas prejudicadas. Entre as aprovadas, está também a PEC 17/08, de Arthur Virgílio (PSDB-AM), que prorroga os benefícios da Zona Franca de Manaus até 31 de dezembro de 2033, com suas características de área livre de comércio, exportação, importação e incentivos fiscais. A proposta, que segue agora para votação do Plenário, ainda prorroga para 31 de dezembro de 2029 o prazo para a conces-

são de benefícios fiscais visando à capacitação do setor de tecnologia da informação (hoje, o prazo termina em 2019); além de também prorrogar para 31 de dezembro de 2029 a vigência da Lei 11.077/04, que trata dos benefícios fiscais destinados à capacitação de tecnologia da informação.

Os membros da CCJ aprovaram ainda projeto do deputado Cunha Bueno que estabelece uma série de normas para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães. Distribuída em 12 artigos, a proposta (PLC 41/00) obriga, entre outras coisas, os donos de cães considerados perigosos a adestrar os animais.

O relator, Marco Maciel (DEM-PE), apresentou emendas à proposição. Uma delas obriga os donos de cães – de qualquer origem, raça e idade – a vacinar os animais, além da raiva, contra leptospirose, hepatite e demais patologias definidas pelos órgãos de controle de zoonoses. As vacinas serão anuais.

O mutirão – comandado pelo presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO) – prossegue na próxima quarta-feira.



Paulo Roberto Prates Dill (E), Marlene Rego Moreira, Sidney Vicente da Silva e Demostenes Torres em debate na CCJ

Carreira do IBGE poderá se tornar de Estado

Especialistas em estatística defenderam, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a inclusão de servidores que integram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas chamadas carreiras de Estado.

A audiência foi para discutir projeto (PLS 392/08) de Cristovam Buarque (PDT-DF) que trata do assunto e que tramita na Comissão de Justiça. O senador Jayme Campos (DEM-MT) classificou de "eficiente e competente" o trabalho realizado pelo IBGE, cujos servidores são responsáveis pela execução, em âmbito nacional, das atividades de estatística, geografia e car-

tografia.

Para o pesquisador sênior do IBGE Antônio Carlos Alkmin dos Reis, o projeto de Cristovam tem por meta proteger o instituto de possíveis ingerências externas, políticas e de governo. Disse que o IBGE já exerce, na prática, atividades típicas de Estado, entre elas o cálculo do produto interno bruto (PIB).

O consultor jurídico Carlos Alberto Boechat Rangel garantiu que o projeto é constitucional, já que a proposta não mexe no regime jurídico dos servidores – que é de competência exclusiva do presidente da República –, mas apenas atribui *status* à atividade desempenhada por

alguns servidores.

O geógrafo Sidney Vicente da Silva afirmou que incluir na carreira de Estado servidores do IBGE é uma antiga reivindicação da categoria, enquanto Marlene Rego Moreira, representante do sindicato do instituto, deixou claro que, para seu bom desempenho, é necessário que o trabalho do órgão seja feito por servidores de carreira e não por terceirizados.

Paulo Roberto Prates Dill, que também pertence ao sindicato da categoria, concordou, ao lembrar que, desde 1995, o IBGE vem fazendo contratações temporárias na área de coleta de dados.

Opção por vaga em universidades públicas

Projeto de lei aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania proíbe que um estudante possa ocupar, ao mesmo tempo, duas vagas em cursos de graduação mantidos por instituições públicas de ensino superior. De acordo com o PLC 42/09, uma das matrículas terá de ser cancelada. A proposta foi relatada por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

A CCJ acolheu ainda o PLC 47/08, que procura deixar claro, na Lei de Improbidade Administrativa, que as sanções aos infratores possam ser aplicadas isoladamente ou em bloco. O relator foi Antônio Carlos Júnior (DEM-BA).

Também foi aprovado na Comissão de Justiça o PLC 110/05, que aperfeiçoa no Código Civil a definição relativa aos "direitos da personalidade" e, ainda, modifica os atributos exigidos para a criação de fundações.

Em relação aos "direitos da personalidade", o relator, senador Marco Maciel (DEM-PE), acolheu o texto do substitutivo que veio da Câmara. Quanto à criação das fundações, ele optou pela manutenção do que foi proposto originalmente pelo autor do projeto, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), para simplesmente estabelecer que não poderá ser criada fundação com fins lucrativos.

Colombo propõe acervo para Museu da República

Inaugurado no fim de 2007, mas ainda hoje sem acervo, o Museu Honestino Guimarães, em Brasília, também conhecido como Museu da República, pode reunir obras de arte atualmente espalhadas por órgãos federais, de acordo com proposta aprovada pela CCJ ontem.

O projeto (PLS 18/09) prevê que a Secretaria do Patrimônio Público da União ficará responsável por realizar o levantamento de todas as obras existentes nos órgãos da administração direta, indireta e das fundações, para que uma comissão defina quais delas vão compor o acervo do museu. Segundo o autor da proposta, Raimundo Colombo (DEM-SC), muitas obras hoje espalhadas pelos órgãos federais são assinadas por artistas de renome internacional, mas, onde se encontram, ficam praticamente no anonimato.

O museu integra o Complexo Cultural da República João Heráculino, idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. O projeto foi aprovado no formato do substitutivo do relator, Gim Argello (PTB-DF), que torna a proposta apenas autorizativa porque "competete somente ao presidente da República dispor sobre organização e funcionamento da administração federal".

A matéria seguirá para exame na Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa.